

Procuradores denunciam Infraero. Demostenes vê “crime organizado”

Procuradores da República de seis estados afirmaram ter encontrado irregularidades em obras realizadas pela Infraero em aeroportos. Eles relataram problemas nas licitações e na execução de obras. Depois de ouvir os depoimentos na CPI do

Apagão Aéreo, o relator Demostenes Torres disse acreditar que “há crime organizado” na Infraero. Conforme o senador, o prejuízo aos cofres públicos só não foi maior graças a investigações do Ministério Público e do TCU. **Página 4**



Marta fala na Comissão de Desenvolvimento Regional

Marta: Turismo necessita de mais recursos

A ministra do Turismo, Marta Suplicy, apelou aos senadores para que apresentem emendas orçamentárias destinadas ao Turismo. Ela afirmou ser difícil dimensionar o impacto da crise aérea no setor. **Página 2**

Cristovam quer Ministério da Educação de Base

Cristovam Buarque adverte, em audiência pública, que só o fortalecimento do ensino fundamental retirará o país do “apagão educacional”. **Página 2**

Tarso deve esclarecer deportação de atletas cubanos

A Comissão de Relações Exteriores decidiu convidar o ministro da Justiça, Tarso Genro, a falar sobre o episódio dos cubanos que desertaram dos Jogos Pan-Americanos. **Página 5**

Renan acusa Abril de fazer negócios ilegais

Senador afirma que sua disposição de combater transações irregulares motivou *Veja* a disparar “denúncias malcosturadas, apressadas e inverídicas”



No Plenário, Renan manifesta expectativa de que autoridades brasileiras impeçam transação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem ao Plenário ter enviado, na condição de senador, ofícios à Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ao Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários, ao presidente Lula, ao governo e ao Parlamento da Espanha relatando irregularidades no processo de transferência societária da concessionária TVA à empresa espanhola Telefônica. A TVA pertence ao Grupo Abril, que também controla a revista *Veja*. Segundo Renan, sua disposição em denunciar essa transação teria motivado *Veja* a disparar denúncias contra ele. **Página 3**

Escolha de relator fica para a semana que vem

A definição do relator do segundo processo contra Renan ficou para a próxima semana. O corregedor Romeu Tuma requisitará documentos sobre a JR Radiodifusão.

Autoridades defendem o uso da energia nuclear

Em debate no Senado (*foto*), autoridades anunciam funcionamento de Angra 3 em 2013 e dizem que usinas nucleares são seguras. **Página 5**

Trajan Filho (E), Othon Luiz, Crivella, Odair Dias e Márcio Zimmerman



Durante audiência em comissão, ministra afirma que, além da crônica escassez de dinheiro, setor é prejudicado pela desvalorização do dólar e pela crise aérea

Marta pede mais recursos para o turismo

A ministra do Turismo, Marta Suplicy, apelou ontem aos senadores, em debate na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), para que apresentem novas emendas orçamentárias para a pasta, da mesma forma como fizeram durante a gestão do então ministro Walfrido Mares Guia. Na época, frisou, a disponibilidade de recursos para o ministério mais que dobrou e deu um novo

patamar ao setor, com apoio direto do presidente Lula.

Marta salientou que, ao lado da crônica escassez de verbas orçamentárias – apenas R\$ 500 milhões neste ano –, o setor de turismo enfrentou, recentemente, três problemas adicionais: a falência da Varig, a desvalorização do dólar e a crise aérea.

O desenvolvimento do setor, segundo ela, é consequência direta

de investimentos na área, o que, observou, diante da concorrência mundial, representa um desafio gigantesco. afirmou que a queda de 6,5% no número de turistas estrangeiros no país, em 2006, foi diagnosticada como efeito da falência da Varig.

A ministra lembrou que o Plano Nacional de Turismo escolheu 65 roteiros que incluem as capitais e as áreas de belezas naturais. Para

direcionar a publicidade no exterior, a Embratur diagnosticou os países que mais turistas mandam para o Brasil: Argentina, Estados Unidos e Inglaterra.

Participaram da audiência pública os senadores João Pedro (PT-AM), Jonas Pinheiro (DEM-MT), Romeu Tuma (DEM-SP), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Desempenho do setor depende de investimentos, diz Marta Suplicy

Cristovam insiste em ministério para educação de base

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou, ontem, a defender a criação do Ministério da Educação de Base, por meio de desmembramento do Ministério da Educação. O parlamentar advertiu que, sem o fortalecimento do ensino fundamental, o país continuará a conviver com “o apagão educacional” e não terá condições de alcançar o desenvolvimento sustentável.

A afirmação foi feita durante mais uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) – a sétima, de 12 programadas –, e que reuniu cinco educadores. O objetivo do ciclo de audiências é debater idéias e propostas para melhorar a qualidade da educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Participando da discussão, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também defendeu a federalização do ensino de base, como forma de criar oportunidades iguais para todas as crianças do país, enquanto Flávio Arns (PT-PR) observou que a qualidade no ensino fundamental só será alcançada quando a educação passar a



Em reunião da CE, Cristovam (3º à esquerda) debate medidas contra “apagão educacional”

ser prioridade do governo.

Vergonha

O diretor-executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Jorge Werthein, lembrou que a educação nunca foi considerada prioridade, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina. Por isso, salientou, esses países nunca atingiram o pleno desenvolvimento.

Por sua vez, o prefeito de Calmon (SC), João Batista de Geroni, afirmou que o sucesso da educação na sua região se deve à iniciativa da administração local de reservar 30% do orçamento municipal para o setor. Aliado à destinação de recursos, o que permite ao município servir como

modelo no setor de educação, está também, como destacou, o bom planejamento educacional em todos os níveis, além do preparo dos professores.

Neuza Ribas, secretária de Educação de Barra do Chapéu (SP), outro município considerado modelo na área, defendeu o fortalecimento dos chamados conselhos escolares e maior incentivo à parceria escola-família.

Arthur Roquete, da Associação Nacional dos Centros Universitários, disse que, para se ter ensino de qualidade e universal, é necessário priorizar a educação. Ele pregou o aperfeiçoamento da educação a distância, incluindo a formação de professores.

Aprovada sessão especial em homenagem a Che Guevara

Ao final da sessão de ontem, o Plenário do Senado aprovou requerimento para a realização de sessão especial no dia 8 de outubro, destinada a homenagear o argentino Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana de 1959. Che foi morto na Bolívia em 9 de outubro de 1967.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) aproveitou a oportunidade para voltar a protestar contra a prisão de dois boxeadores cubanos e o embarque deles para Cuba. Mão Santa (PMDB-PI) apoiou a manifestação do colega e disse que o fato “é vergonhoso” para o país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Debates e comunicados

A sessão de hoje tem início às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina a debates de senadores e a comunicados da Mesa e das lideranças. As propostas voltam à discussão do Plenário na próxima terça-feira, quando devem ser analisadas medidas provisórias que trancam a pauta.

União Européia

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, o programa *Terra da União: os novos desafios da Comunidade Européia*, sobre os 50 anos da Comunidade Econômica, formada pela França, Alemanha, Itália,

Bélgica, Holanda e Luxemburgo. A reportagem tem o objetivo de homenagear a presidência rotativa de Portugal na União Européia. Reprises no sábado, às 10h; e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata, Magno Malta, Gilvam Borges e Mão Santa

Presidente do Senado diz ter enviado ofícios a diversos órgãos sobre supostas ilegalidades na venda da TVA – de propriedade da editora de *Veja* – à Telefônica

Renan aponta irregularidades em negócios do Grupo Abril

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), comunicou ao Plenário ter enviado, na condição de senador, ofícios à Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ao Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao governo e ao Parlamento da Espanha relatando irregularidades no processo de transferência societária da concessionária TVA à empresa espanhola Telefônica. A TVA pertence ao Grupo Abril, que publica a revista *Veja*.

A remessa desses ofícios ocorreu ontem, dois dias após Renan ter encaminhado correspondência ao Ministério Público Federal (MPF) alertando sobre ilegalidades no negócio. De acordo com o senador, essa operação envolveria o repasse de 100% do controle acionário de uma operadora de televisão com transmissão por microondas (MMDS), em São Paulo, para a Telefônica. Incluiria ainda a transferência à empresa espanhola de 86,7% das ações

de uma operadora a cabo, a Comercial Cabo, também em São Paulo, e de 91,5% das ações da TVA Sul, com atuação nos estados do Paraná e de Santa Catarina, todas controladas pelo Grupo Abril.

– A transferência desses percentuais para grupos estrangeiros é ilegal, imoral e o método sub-reptício é absolutamente reprovável. Uma transação que venho combatendo e que, para satisfazer a cobiça de seus protagonistas, estava sorrateiramente sendo tocada – comentou.

Na avaliação de Renan, sua disposição em denunciar e combater o negócio entre a TVA e a Telefônica teria motivado *Veja* a disparar contra ele “denúncias malcosturadas, apressadas, inconsistentes, inverídicas”. A revista teria lançado, conforme acrescentou, uma campanha persecutória sem provas para desmoralizá-lo e também ao Senado.

Na expectativa de que as au-



Renan: transferência a grupos estrangeiros é ilegal

toridades brasileiras impeçam a transação e punam as empresas envolvidas, o senador tratou de requerer os votos de todos os conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nesse processo, orçado em R\$ 922 milhões.

Schincariol

Renan informou ainda ter encaminhado, ao Conselho de Ética, documento enviado pela cervejaria Schincariol desmentindo denúncia de *Veja* sobre

participação do parlamentar no processo de compra de uma nova unidade na região Nordeste. Além de contestar o valor do negócio veiculado pela revista, a empresa teria negado a atuação de Renan em seu favor junto ao governo. Teria sustentando não ter débitos inscritos nas dívidas ativas da União, de estado ou município, admitindo, entretanto, ter débitos em discussão administrativa no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a empreiteiras que lhe prestaram serviços.

Por fim, o senador informou terem chegado, à Polícia Federal, os primeiros lotes de cheques depositados em sua conta bancária referentes à venda de gado. Ele reiterou ainda que irá demonstrar que sua defesa está amparada em provas e, após assegurar que não será algoz de ninguém, disse preferir ser vítima a autor de injustiça.

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que dirigia dos trabalhos naquele momento, determinou o envio das notas taquigráficas do discurso de

Renan à Comissão de Ciência e Tecnologia e ao Ministério Público Federal.

Concessões de rádio

Renan Calheiros também afirmou ontem que a concessão para que empresas executem serviços de emissão de rádio e de televisão depende de decisão de comissões técnicas do Congresso Nacional. Ele ressaltou que, como presidente do Congresso, apenas sanciona as decisões das comissões.

– Muitas vezes as pessoas divulgam as coisas e não prestam atenção no que fazem – assinalou.

O senador negou que tenha interferido na concessão de emissoras de rádio em Alagoas que, de acordo com reportagem da revista *Veja*, supostamente pertencem a Renan, por intermédio de “laranjas”.

– O presidente do Senado despacha o expediente; o presidente do Senado informa às pessoas do que acontece. Não é o Congresso, enquanto Congresso, que aprova [as concessões de emissoras de rádio e TV], são as comissões técnicas – explicou.

Relator da nova representação será indicado em breve

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informou ontem que a definição do relator da segunda representação por indícios de quebra de decoro protocolada pelo PSOL contra o senador Renan Calheiros ficará para a próxima semana.

Quintanilha disse que está consultando os membros do conselho e que ainda não tem um nome. Ele garantiu que irá se esforçar para que o relator seja designado “o mais breve possível”.

Nessa segunda representação, o PSOL solicita ao Conselho de Ética a abertura de processo investigatório para apurar as denúncias de que Renan teria utilizado seu prestígio político para favorecer a cervejaria Schincariol, em retribuição a um favor prestado a seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). A mesma representação objetiva esclarecer suspeitas de apropriação indevida de terras em Alagoas.

Renan Calheiros utilizou a tribuna do Senado ontem para fazer acusações ao Grupo Abril, editor de *Veja*, que no último fim de semana publicou nova denúncia



Casagrande (D) diz que resultado da perícia feita pela PF ficará pronto em uma semana

contra o senador, segundo a qual Renan seria o “sócio oculto” de uma empresa de comunicação em Alagoas.

De acordo com Renan, a operação de transferência do controle acionário da operadora de TV por assinatura TVA, que pertence à Editora Abril, à empresa espanhola Telefônica é ilegal, pois envolve o controle acionário de uma empresa de TV por assinatura por um grupo estrangeiro.

Após ouvir o pronunciamento do presidente da Casa, o senador Renato Casagrande (PSB-ES), um dos três relatores da primeira representação contra Renan no

Conselho de Ética, observou que o parlamentar não respondeu às acusações que sofreu.

– Se ele, de fato, tem documentos que lhe permitem apresentar denúncia contra a revista, é legítimo que ele o faça. No entanto, isso não muda sua situação. Até porque ele não respondeu às denúncias ainda, e só isso pode ajudá-lo – disse.

Casagrande informou que os relatores esperam receber até a sexta-feira da próxima semana o resultado da perícia que vem sendo realizada pela Polícia Federal para orientar os trabalhos do colegiado.

Tuma deve requisitar documentos ao Ministério das Comunicações

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), disse que vai requisitar ao ministro da Comunicações, Hélio Costa, todos os documentos relativos à empresa JR Radiodifusão, que, segundo denúncia publicada pela revista *Veja*, é de propriedade do presidente do Senado, Renan Calheiros, mas está registrada em nome de “laranjas”. A denúncia serviu como base para nova representação contra Renan, dessa vez encaminhada pelo PSOL e pelo PSDB.

Em entrevista ontem à imprensa, Tuma – que ocupa, por ser corregedor, vaga no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado – afirmou que é preciso investigar também a origem do dinheiro usado na compra da empresa, que atualmente, acrescenta a revista, está registrada em nome de Tito Uchôa, primo de Renan, e de Renan Calheiros Filho, prefeito de Murici e filho do presidente do Senado.

Conforme *Veja*, no ano passado, o Ministério das

Comunicações concedeu à empresa JR a concessão de uma rádio FM para funcionar no interior do estado de Alagoas, a Porto Real, cuja outorga foi aprovada pelo Congresso em abril deste ano.

Ainda de acordo com *Veja*, nessa época a empresa já estava registrada em nome do filho e do primo de Renan, mas, nos arquivos do Ministério das Comunicações, constava como de propriedade de Carlos Ricardo Santa Ritta, funcionário do gabinete de Renan, e de José Carlos Pacheco Paes, representante do usineiro e político alagoano João Lyra. A revista acrescenta que Lyra seria sócio de Renan em duas rádios, incluindo a Porto Real, e em um jornal.

– Nos documentos que vieram do ministério (das Comunicações) para a análise da concessão pelo Senado, não havia o nome da família de Renan. Precisamos analisar se houve essa troca de mudança societária posterior – afirmou Tuma em entrevista à imprensa.

Após ouvir procuradores da República que investigaram sete aeroportos, relator da CPI diz suspeitar que havia “um grupo montado na Infraero para fraudar obras em todo o Brasil”

Procuradores apontam problemas em obras da Infraero em 6 estados

Procuradores da República foram ouvidos ontem na CPI do Apagão Aéreo do Senado e narraram ter encontrado indícios de irregularidades em obras realizadas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em aeroportos de seis estados. Na maioria dos casos, segundo relataram, esses indícios foram detectados nas licitações e na execução das obras.

Vinícius Panetto do Nascimento, procurador da República no Rio de Janeiro, investigou as obras realizadas no aeroporto Santos Dummont, na capital do estado. De acordo com ele, entre os procedimentos irregulares estão o “não-fracionamento de objetos da obra”, que foi licitada de forma global, e também o tipo de licitação escolhida, a de técnica e preço. O procurador Carlos Fernando Mazzoco informou que, no Espírito Santo, houve denúncias de irregularidades na pista de pouso e decolagem que

está sendo construída no aeroporto internacional de Vitória: a pista tem cerca de 2.500 metros e seriam necessários pelo menos 3.000 metros para garantir o uso em voos internacionais, e fica muito próxima a um monte, o que diminuiria sua segurança.

Rodrigo Luiz Bernardo Santos, procurador da República no Amapá, investigou as obras de construção de um novo terminal de passageiros no aeroporto internacional de Macapá. Segundo o procurador, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a monitorar a sua execução. Foram encontradas várias irregularidades, como problemas no edital favorecendo o que chamou de “conluio entre empresas”.

O procurador Marcelo Mesquita Monte afirmou que não foram encontrados problemas graves nas obras realizadas no aeroporto de Pernambuco. No entanto, relatou que estão sendo investigados indícios de irregularidades na

compra de obras-de-arte para o aeroporto.

O procurador em Mato Grosso, Marcellus Barbosa Lima, recebeu denúncias de que uma empresa teria recebido recursos da Infraero sem ter realizado a obra.

Paulo Roberto Galvão de Carvalho, procurador da República em Campinas (SP), contou que foram encontrados indícios de falhas na construção de um edifício administrativo no aeroporto de Viracopos.

O procurador Matheus Baraldi Magnani realiza investigações no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP). Sobre o controle de tráfego aéreo, Manani observou que o sistema é bom, mas está em processo de obsolescência. Ele contou ter tentado, sem sucesso, conseguir informações dos registros de ocorrência do controle aéreo com um mandado de busca e apreensão. “Mas as informações sobre o sistema são blindadas pela Aeronáutica”, apontou.



Cláudio Montesso (E), Patrícia Audi, José Nery, Carlos Lupi e Luiz Antônio de Melo na audiência

Organizações cobram desapropriação de terras onde há trabalho escravo

Cobranças pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a desapropriação de terras onde seja comprovada a exploração de trabalho escravo ganharam destaque ontem em audiência promovida pela Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que contou com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Organizações sociais presentes reconheceram avanços no combate à prática no país, mas chegaram a classificar como derrota o atraso na votação da PEC 438/01, aprovada no Senado há três anos e que está na Câmara à espera de votação em segundo turno.

Pela proposta, o governo não teria de pagar indenizações pela desapropriação das terras onde haja trabalho escravo. A medida é vista pelas organizações não-governamentais como um potencial inibidor da escravização. Lupi destacou o reconhecimento da comunidade internacional às ações

do país nessa área. Segundo ele, o Brasil hoje é referência no combate ao trabalho escravo.

– O que queremos é a expropriação sem indenização, pois pagar significa conceder um prêmio ao escravocrata moderno – defendeu Luiz Antônio de Melo, subprocurador-geral do Trabalho.

Antes de encerrar a audiência, o presidente da subcomissão, senador José Nery (PSOL-PA), sugeriu uma mobilização de todas as entidades atuantes na área para pressionar pela aprovação da PEC. Nery foi autor da proposta para o debate no colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Cláudio José Montesso, a demora na aprovação da proposta é indício de que falta um compromisso do governo com a votação, já que poderia haver maior mobilização de suas bases no Congresso.

Brasil está livre de restrições da OIT sobre trabalho forçado, diz ministro

O Brasil é o único país da América Latina livre de restrições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto às recomendações da instituição para o combate ao trabalho escravo. A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, na audiência da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo.

Lupi informou que, desde 2003, ocorreram no país 15.875 libertações de trabalhadores submetidos a trabalho forçado. Avaliou ainda como vergonhoso o número verificado, mas considerou que o volume é modesto em comparação com o número de regularizações nas relações de trabalho no ambiente rural, de aproximadamente 2,7 milhões.

O ministro disse que o combate ao trabalho escravo vem sendo feito

com firmeza, com o apoio de equipes móveis que envolvem auditores e procuradores do trabalho, além de policiais federais.

A coordenadora do projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Patrícia Audi, confirmou avanços na área, segundo ela como resultado de políticas públicas iniciadas há 12 anos.

Ela observou que o caso recente de maior proporção envolveu o resgate de 1.108 trabalhadores, no sul do Pará, na empresa rural Pagrisa. Patrícia pediu mais ações de prevenção à prática, além de políticas de inserção social para os trabalhadores atingidos. Defendeu, ainda, rigor na punição de quem explora o trabalho escravo.

– Ainda é necessário colocar essas pessoas na cadeia por essa prática hedionda – afirmou.



Os senadores da CPI do Apagão Aéreo ouvem sete procuradores da República que dizem ter encontrado indícios de irregularidades

Demostenes suspeita de crime organizado em estatal

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (DEM-GO), disse acreditar que “há crime organizado” na Infraero. A suspeita foi reforçada pelos depoimentos de sete procuradores da República à comissão.

– Licitações dirigidas, projetos básicos lacunosos, projeto executivo modificado, obras feitas com os preços que se quisesse; ninguém tinha controle – afirmou.

O senador destacou que eram sempre as mesmas sete ou oito empreiteiras que venciam as licitações para obras em aeroportos em todo o Brasil, sendo que, no país, há mais de 3 mil empresas de engenharia.

Demostenes informou que a CPI vai sugerir, em seu relatório final, modificações na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e pedirá a aprovação urgente da lei que combate o crime organizado. Ele apontou que há irregularidades na Infraero pelo menos desde 2001, em outra administração federal, e que, portanto, não se trata de uma questão de governo.

O relator destacou ainda decisão do Tribunal Regional Federal de Goiânia determinando, a pedido do Ministério Público, a confecção de novo edital para obra no aeroporto da cidade, que está paralisada. A decisão determina que a licitação seja feita de forma

fracionada e não global.

Na terça-feira a CPI vai ouvir envolvidos com o resgate de corpos das vítimas do acidente com o avião da Gol ocorrido em 2006. Há denúncias de que objetos das vítimas teriam sido roubados.

Anac

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), pediu a inserção nos Anais do Senado de documento que recebeu dos deputados do partido sugerindo ao Ministério da Defesa a instauração de processo administrativo e disciplinar para apurar a conduta dos diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) por “gestão temerária perante a crise aérea”.

Tarso Genro deverá esclarecer deportação de atletas cubanos

O ministro da Justiça, Tarso Genro, será convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a esclarecer o episódio da viagem de volta a Cuba de dois atletas cubanos que vieram ao Brasil para os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro. Requerimento com esse objetivo, de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi aprovado ontem depois de longo debate na comissão.

Os pugilistas Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux foram presos em Araruama (RJ), após abandonarem a delegação cubana. Dias depois, foram enviados a Havana pelo governo brasileiro. Virgílio disse que pretende convidar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para explicar por que o Itamaraty não foi ouvido no episódio.

A CRE também acolheu requerimento de informações ao Ministério da Defesa, apresentado por Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da comissão, sobre o voo no qual viajaram os cubanos. Heráclito observou que os atletas haviam demonstrado satisfação em permanecer no Brasil e afirmou não ver valor nas declarações

dos dois, de que voltavam por vontade própria, uma vez que suas famílias estariam ameaçadas.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apoiou a investigação do episódio, que classificou de “nebuloso”. Salientou ainda que os pugilistas deixaram de disputar medalhas de ouro atraídos por propostas de negócios que não se concretizaram.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou trecho de artigo escrito por Fidel Castro, citando que os dois atletas estariam em uma “casa de visitas” e poderiam receber familiares. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ser necessário esclarecer se eles foram deportados ou se viajaram por conta própria. Romeu Tuma (DEM-SP) comentou que os pugilistas estariam se sentindo “apavorados”, em virtude de ameaças que teriam sido feitas a suas famílias.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) repudiou o “regime de força” a seu ver existente em Cuba. E Mão Santa (PMDB-PI) lembrou artigo da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana segundo o qual “todo homem terá direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.



Heráclito (E), ao lado de Azeredo, preside reunião; CRE apura denúncia contra embaixador

Comissão de Relações Exteriores aprova acordo sobre biocombustíveis

A Comissão de Relações Exteriores aprovou o projeto de decreto legislativo que acolhe o texto do Memorando de Entendimento entre Índia, Brasil e África do Sul, para o estabelecimento de força-tarefa trilateral sobre biocombustíveis. O projeto (PDS 196/07) teve como relator Marcelo Crivella (PRB-RJ). Conforme a análise apresentada por Crivella, os três países tendem a tornar-se “potências mundiais no fornecimento e distribuição de bioenergia nas próximas décadas”.

O senador relatou também o PDS 113/07, que igualmente obteve parecer favorável e aprova o texto do acordo entre o Brasil e Angola sobre auxílio jurídico

mútuo em matéria penal.

Recebeu ainda parecer favorável o PDS 199/07, que acata o texto do acordo de transferência de pessoas condenadas entre os países do Mercosul, celebrado em 2004. O relator foi Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Guilbaud

O presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), propôs a criação, acolhida em Plenário, de comissão especial destinada a apurar denúncias contra o atual embaixador brasileiro em Guiné-Conakry, Jacques Fernandes Vieira Guilbaud. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Guilbaud teria participado do serviço secreto do Itamaraty durante os anos 70.

Márcio Zimmerman, secretário do Ministério de Minas e Energia, afirma que nova central energética ajudará a diminuir dependência que o país tem das hidrelétricas



Tranjan Filho, da INB (E); Silva, da Eletronuclear; Wellington Salgado; Gonçalves, da Cnen; e Zimmerman, do Ministério de Minas e Energia

Usina nuclear de Angra 3 entra em operação daqui a seis anos

A usina nuclear de Angra 3 deverá começar a operar em 2013, informou ontem Márcio Zimmerman, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, durante a audiência pública para discutir o Programa Energético Brasileiro. O debate foi promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Zimmerman disse que passou a ser imperativa a conclusão de Angra 3, pois a usina vai contribuir para o cenário futuro do setor elétrico e a energia nuclear terá papel cada vez mais importante. O potencial hidrelétrico do país

estará esgotado no horizonte de 2025/2030 e é necessária uma transição da hidrelétrica para a termelétrica, destacou.

A opção pela energia nuclear pode, disse o secretário, contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Os cenários do Plano Nacional de Energia 2030 indicam, segundo ele, a necessidade de novas usinas térmicas nucleares, variando de 4.000 a 8.000 MW de acréscimos.

A conclusão de Angra 3 e a continuidade do programa nuclear brasileiro vão permitir a manutenção da participação da energia nuclear na matriz elétrica brasileira e, observou ainda Zimmerman, é preciso iniciar os estudos de localização das futuras

centrais nucleares.

O secretário afirmou que Angra 3 será competitiva do ponto de vista econômico, comparada a outras fontes térmicas. A usina será construída na mesma área licenciada para Angra 1 e 2, integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ).

– Angra 3 é uma cópia de Angra 2, e isso é uma vantagem. Não vamos onerar o consumidor – frisou.

Já Alfredo Tranjan Filho, da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), salientou que as atuais reservas brasileiras de urânio (para alimentar as usinas) são suficientes para suprir as necessidades do país nos próximos 30 anos.

Para diretor da Eletronuclear, usinas nacionais são seguras

O diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz da Silva, disse ontem em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que as usinas nucleares brasileiras utilizam reatores com tecnologia segura. Esse tipo de reator, que também será usado na usina de Angra 3, torna “extremamente baixa a probabilidade de alguém vir a falecer num eventual acidente”, afirmou Silva.

O modelo de reator que dá mais segurança para as usinas é o PWR. Esse reator, conforme explicou o presidente da Eletronuclear, tem um vaso (edifício) de contenção por fora; em seguida, uma contenção de aço; depois um vaso do reator e o circuito primário. Mais internamente, há um revestimento da vareta de combustível e, finalmente, a retenção dos produtos de fissão pelo próprio combustível.

– Foi uma escolha feliz em termos de tecnologia – ressaltou Silva, ao observar que é completamente diferente da utilizada na usina de Chernobyl, na Ucrânia, onde ocorreu o mais grave acidente nuclear da história, em 1986.

Em Chernobyl, o reator é do tipo RBMK, frisou Silva. Nesse modelo, segundo ele, não há a contenção existente nos reatores PWR.

Presidente da Cnen diz que energia atômica está em alta

A descoberta dos danos à camada de ozônio, o Protocolo de Kyoto e a disparada do preço do petróleo são alguns fatos que fizeram renascer, no final da década de 90, a retomada dos investimentos dos governos em programas de energia nuclear, afirmou ontem Odair Gonçalves, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, Gonçalves informou que existem 443 usinas nucleares em operação no mundo em 30 países, sendo a maioria (104 usinas) nos Estados Unidos. Em seguida vêm a França, com 59 usinas, o Japão, com 56, e o Reino Unido, com 23. O Brasil ocupa o 24º lugar, com duas usinas (Angra 1 e Angra 2).

Gonçalves também defendeu, como os demais participantes da audiência, a necessidade de diversificação da matriz energética do Brasil.

Ao abordar a questão da gerência de resíduos, o presidente da Cnen disse que, em 40 anos de operação de uma usina nuclear, são produzidos cerca de mil metros cúbicos de combustível irradiado, enquanto outros tipos de usina produzem milhões de metros cúbicos de rejeitos.

Senador apresenta propostas visando garantir autonomia administrativa e financeira aos órgãos de regulação, além de prever avaliação do desempenho pelo Congresso

Delcídio defende estabilidade de diretores de agência reguladora

Ao defender o fortalecimento das agências reguladoras, Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou ontem, da tribuna, várias proposições visando corrigir problemas existentes nessas entidades, entre eles o contingenciamento de recursos. O senador criticou o Executivo por haver retido nos últimos anos elevados volumes de recursos próprios das agências.

Delcídio se manifestou contra a possibilidade de demissão de diretores das agências, idéia aventada após a crise aérea envolvendo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

– A autonomia e independência das agências reguladoras dependem, sobretudo, da independência orçamentária e financeira das agências e dos mandatos de seus dirigentes. Não se pode, portanto, sob pena de aniquilar essas



Delcídio: diretor deve ter pelo menos dez anos de experiência e formação acadêmica

instituições, cortar os recursos ou pretender que seus diretores sejam demissíveis, exceto nos casos previstos em lei – assinalou o parlamentar.

Com o intuito de dar maior estabilidade aos diretores, Delcídio propõe, em uma das iniciativas, a adoção de requisitos mínimos a

serem observados nas indicações para esses cargos, tais como pelo menos dez anos de experiência profissional e formação acadêmica compatível.

Ele sugere em outra proposta que, em vez de convidados, diretores de agências sejam convocados a prestar esclarecimentos ao Legislativo. Ele apresentou também projetos no sentido de que o Congresso avalie anualmente o desempenho das agências e crie mecanismo que permita a elas funcionarem normalmente no caso de vacância por morte ou renúncia de diretor.

Em apartes, Delcídio Amaral recebeu apoio dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Adelmir Santana (DEM-DF), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI).

Arthur Virgílio cobra do governo conjunto de reformas estruturais

As turbulências na economia internacional que provocaram a desvalorização do real e o aumento do risco Brasil motivaram o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a alertar o presidente da República sobre a necessidade de o governo propor ao Congresso Nacional um conjunto de mudanças estruturais.

As reformas teriam como objetivo preparar o país para enfrentar um possível agravamento da situação internacional e também viabilizar um maior crescimento

econômico.

– O presidente Lula tem duas opções: a de ficar sempre olhando as pesquisas para ver se sua popularidade não cai – e o governo sempre fica feliz quando recebe uma pesquisa e ele não caiu – ou assumir a figura do estadista e propor um leque de reformas estruturais – afirmou.

Na avaliação do senador, os recentes sobressaltos detectados pelas bolsas de valores do mundo inteiro podem significar que a fase mais áurea da economia



Mudanças viabilizariam crescimento e ajudariam em eventuais crises, diz Virgílio

internacional está chegando ao fim. Arthur Virgílio lamentou “o fato de o governo Lula não ter maximizado a capacidade do Brasil de aproveitar a liquidez dos mercados internacionais”.

Cristovam: estamos coniventes com a banalidade do mal

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, em Plenário, que atualmente o mal está banalizado e os cidadãos estão sendo coniventes com isso. Ao lembrar os 62 anos de lançamento das bombas atômicas sobre o Japão na 2ª Guerra Mundial, ele comparou a omissão dos que administravam os campos de concentração e dos pilotos que lançaram a bomba com a dos brasileiros que são tolerantes e omissos diante da maldade com que as coisas públicas são administradas.

– Aceitar a corrupção é aceitar a tragédia nacional da desmoraliza-



Violência urbana no Brasil mata mais do que as guerras, alerta Cristovam Buarque

ção dos costumes e da democracia – sustentou.

O senador salientou que a vio-

lência urbana no Brasil mata mais do que as guerras: nos últimos 20 anos 800 mil pessoas morreram em decorrência dela. Além disso, o país tem 3 milhões de analfabetos e outro 1,5 milhão de crianças que não conseguirão se matricular no ensino fundamental.

– Está na hora de nos assombrarmos com a dimensão da nossa tragédia – observou.

Cristovam pediu uma reflexão mais profunda sobre o que significa a responsabilidade moral de cada pessoa, pois a “desigualdade é fruto da ação de burocratas, funcionários e políticos”.

Heráclito Fortes volta a condenar repatriação de atletas cubanos

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestou novamente estranheza sobre a forma como dois pugilistas cubanos foram presos no Brasil, por estarem sem documentos, e repatriados. O parlamentar afirmou que muitos brasileiros andam por aí “sem lenço e sem documento, como diria o Caetano [Veloso], e não são molestados”.

Heráclito questionou também a informação de que os desportistas queriam voltar para seu país.

– Se fosse [verdade], estariam procurando o consulado cubano – assinalou.

O senador declarou estranhar “a anestesia que toma conta de algumas mentes, pessoas que têm o passado todo voltado para a defesa dos direitos humanos e que, agora, por patrulhamento, tentam justificar um dos atos mais nojentos praticados neste país depois da redemocratização”. Foi, então, apartado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Suplicy informou que iria, ainda ontem, conversar com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e agendar uma visita dele ao Senado para que possa explicar o episódio da prisão dos pugilistas. Também sugeriu que a Comissão de Relações Exteriores – presidida por Heráclito – designe



Heráclito questiona informação de que desportistas queriam voltar para Cuba

senadores para dialogar com os atletas, que já estão em Cuba.

– Incompreensível a avidez com que o senador Suplicy procura defender um ato ditatorial, um homem que a vida inteira pregou a liberdade – comentou Heráclito.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) quer crer que o governo brasileiro tenha atendido a um pedido dos boxeadores para voltar a Cuba. Mas, para ele, o pedido deve ter sido imposto a eles por ameaças.

Heráclito mostrou-se ainda indignado com a declaração do líder cubano Fidel Castro publicada nos jornais, referindo-se às mulheres que estavam com os atletas, quando eles foram presos, como prostitutas. Para ele, foi uma declaração precipitada e preconceituosa.

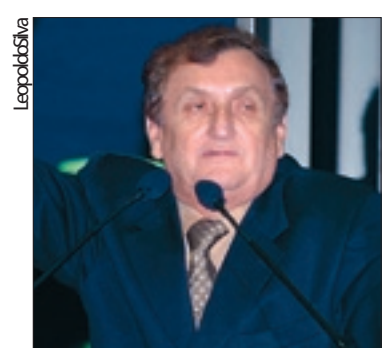
Mão Santa afirma que Brasil feriu Declaração dos Direitos Humanos

Mão Santa (PMDB-PI) criticou em Plenário a decisão do governo brasileiro no caso dos dois boxeadores cubanos participantes dos jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro que foram enviados de volta ao seu país. O senador frisou que o Executivo ignorou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, que garante a liberdade de ir e vir.

– Hoje na Comissão de Direitos Humanos [e Legislação Participativa] se discutia o ato violento e criminoso de prender dois irmãos nossos. Seqüestraram e devolveram ao seu país.

Mão Santa recomendou ao presidente Lula que leia pelo menos alguns artigos da Declaração da ONU, particularmente o 13 – em uma referência ao número do Partido dos Trabalhadores e ao fato de o chefe do governo ter dito em determinada ocasião que não gostava de ler.

O artigo 13, mencionado por Mão Santa, determina: “I) Todo homem tem direito à liberdade



Mão Santa sugere a Lula leitura de dispositivos de convenção da ONU

de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II) Todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

Corrupção

Mão Santa também registrou pesquisa realizada pelo *blog* do jornalista Ricardo Noblat sobre afirmação feita por ele, senador, em discurso no Plenário, de que “nunca se roubou tanto neste país”. Dos internautas que participaram da pesquisa, 88% concordaram com a afirmativa, 11,8% discordaram e 18% responderam que queriam pensar melhor.



JF/etec

Wellington Salgado anuncia que irá propor oitiva na CCT, presidida por ele

Wellington quer ouvir envolvidos na venda da TVA

Wellington Salgado (PMDB-MG) anunciou ontem que vai propor à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), da qual é presidente, a convocação dos envolvidos na venda, para a espanhola Telefônica, da TVA, operadora de TV por assinatura do Grupo Abril, ao qual pertence a revista *Veja*, para que esclareçam a transação.

O parlamentar pediu a palavra logo após discurso em que o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a questionar a lisura da negociação da TVA. Renan argumenta que a venda é ilegal porque a Telefônica é uma empresa estrangeira, o que fere a legislação brasileira para o setor.

Senador diz que investimentos em setores estratégicos, como transportes e energia, são vitais para o avanço da competitividade do setor industrial no Paraná

Alvaro apóia reivindicações das indústrias paranaenses

As reivindicações encaminhadas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, no último dia 30, foram apresentadas em Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR). De acordo com o senador, são investimentos estratégicos vitais para o avanço da competitividade do setor industrial paranaense.

A Fiep solicita melhorias nos eixos logísticos, como a duplicação de rodovias, avanços das ferrovias, modernização dos terminais aeroportuários (mais de 95% da produção exportada utilizam terminais de outros estados), modernização de portos e construção do cais oeste do porto de Paranaguá, diversificação da matriz elétrica, aumento da eficiência energética das indústrias e a criação de parques tecnológicos e de desenvolvimento industrial em Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá



Roosevelt/Photo

Alvaro anuncia que apresentará proposta de reforma do Poder Legislativo

e Curitiba.

A reunião, informou, discutiu a possibilidade de um apagão logístico a médio prazo, caso o governo não viabilize investimentos em infra-estrutura. Alvaro reconheceu que a falta de investimentos no setor não é exclusiva do atual governo, mas disse que, no entanto, não se pode usar esse argumento como desculpa pelo baixo nível de investimento atual.

O senador citou estudos da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) segundo os quais são necessários investimentos de R\$ 87 bilhões por ano, no mínimo, aplicados ininterruptamente por uma década, somente para evitar o colapso ou mesmo racionamentos, desequilíbrios ou insuficiência na infra-estrutura.

Parlamentos

Alvaro Dias ainda anunciou que irá encaminhar ao exame do Senado proposta de reforma do Poder Legislativo. Segundo ele, serão quatro propostas de emenda constitucional e um projeto de lei complementar que abrem a discussão sobre o número de integrantes dos parlamentos: vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores.

– Esta é a hora de se discutir o assunto, no momento em que o Congresso é mais cobrado que nunca pela sociedade.



Geack/Agência

Segundo Augusto Botelho, proposta do governo vem sendo discutida desde 2004

Augusto defende exploração mineral de terras indígenas

Ao criticar a Fundação Nacional do Índio (Funai) por defender o isolamento das populações indígenas, Augusto Botelho (PT-RR) pediu apoio para projeto que o governo federal deverá enviar ao Congresso abrindo as terras indígenas para a exploração mineral. A proposta está sendo finalizada pelos ministérios da Justiça e de Minas e Energia e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Segundo o senador, o texto do projeto vem sendo discutido desde 2004 e será apresentado para ajustes na primeira reunião da Comissão Nacional da Política Indigenista, devendo chegar ao Congresso ainda neste semestre.



Cézar/Agência

Adelmir: homenagem a tripulantes de helicóptero que caiu em usina de lixo

Adelmir Santana pede voto de pesar por bombeiros

Adelmir Santana (DEM-DF) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte de três bombeiros que estavam no helicóptero que caiu na cidade-satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. Na queda, morreram o major Luiz Henrique Barbosa, o capitão José Frederico Magalhães e o sargento Lélío da Rocha. Cristovam Buarque (PDT-DF), Delcídio Amaral (PT-MS) e Magno Malta (PR-ES) associaram-se ao requerimento.

O helicóptero caiu quando resgatava um corpo na usina de lixo de Ceilândia. Os três tripulantes morreram, sobrevivendo apenas o bombeiro que estava no solo.

João Pedro registra estudo sobre eficácia da transferência de renda

Resultado de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontando o impacto de programas de transferência de renda na redução da desigualdade social no Brasil, Chile e México foi registrado por João Pedro (PT-AM). No Brasil, informou o senador, o Ipea avaliou o programa Bolsa-Família.

O senador afirmou que o programa brasileiro institui uma política social, solidária e inclusiva, “que repara erros seculares”.

– O Bolsa-Família alcança

setores importantes da nossa sociedade, vítimas da exclusão, do desemprego e da falta de solidariedade por que passam milhares de brasileiros – destacou.

Cubanos

João Pedro também manifestou apoio à postura do ministro da Justiça, Tarso Genro, na condução do caso dos dois pugilistas cubanos participantes dos Jogos Pan-Americanos que foram repatriados. Ele se disse solidário ao ministro, que vem recebendo críticas da imprensa e de outros



Leopoldo/Agência

João Pedro: Bolsa-Família institui uma política social, solidária e inclusiva

setores da vida nacional.

– Penso que o ministro Tarso Genro agiu de forma republicana, representando verdadeiramente um Estado como o brasileiro e um país como o Brasil – afirmou.

Valadares lamenta morte de professora e artista sergipanos

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) encaminhou requerimentos de homenagem à professora e escritora Ofenísia Soares Freire, falecida no dia 24 de julho, aos 93 anos, e ao artista plástico José Inácio, falecido aos 96 anos em 1º de agosto. Os homenageados são naturais de Sergipe.

O senador disse que Ofenísia



Moreira/Agência

Valadares requer votos de homenagem a Ofenísia Soares Freire e José Inácio

foi uma intelectual reconhecida e uma mestra de muitas gerações no estado. Ela ocupava uma cadeira na Academia Sergipana de Letras. Também

atuou no jornalismo, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e concorreu aos cargos de deputada estadual e federal.

Quanto ao artista plástico José Inácio, Valadares assinalou que era considerado um dos maiores pintores de Sergipe, “pois transformava cor em vida, sempre de maneira bastante humorada”. Ele observou que os artistas sergipanos costumam atribuir duas características ao estilo de José Inácio: a religiosidade e a presença de bananeiras em suas telas, ambas marcadas pelo uso das cores primárias.

Francisco Dornelles comemora mudança no Supersimples

Francisco Dornelles (PP-RJ) observou que “a aprovação de mudanças no Supersimples [ocorrida na terça-feira] abre caminho para uma grande geração de empregos, na medida em que as micro e pequenas empresas beneficiadas são as grandes empregadoras do país”.

– A aprovação das mudanças agora inclui setores que haviam ficado de fora da legislação anterior. Com isso, mais empregos vão ser gerados – afirmou.

As mudanças aprovadas devem beneficiar cerca de 1,5 milhão de novos pequenos e microempreendedores.



Roosevelt/Photo

Dornelles elogia a inclusão de mais empresas no regime de tributação

Flávio Arns fala sobre encontro mundial de escoteiros

Flávio Arns (PT-PR) comunicou ontem sua participação no 21º Jamboree Escoteiro Mundial, encontro com mais de 45 mil escoteiros de 158 países, realizado este ano na cidade de Chelmsford, na Inglaterra.

O senador, presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil, salientou que o movimento prima pela integração das variadas culturas mundiais e pela paz no planeta. Arns sugeriu a destinação de recursos por meio dos orçamentos das câmaras municipais do Brasil para a criação e manutenção de grupos de escoteiros.



Arns sugere criação de grupos de escoteiros nos municípios do país

Valter Pereira registra passagem do Dia do Advogado

Valter Pereira (PMDB-MS) saudou a passagem do Dia do Advogado e dos 180 anos de criação dos cursos jurídicos no país, a serem comemorados amanhã. A instituição dos cursos nas cidades de São Paulo e Olinda (PE), determinada pelo imperador dom Pedro I, representou uma tomada pela liberdade e soberania do país, na avaliação do senador.

– Não se trata de simples homenagem à categoria profissional ou atividade de notável longevidade. A advocacia é a ferramenta da liberdade e a guardiã do Direito. Daí sua presença marcante na história do Brasil – frisou o parlamentar, ao elogiar a fundação dos primeiros cursos no Brasil apenas cinco anos após a Independência.



Advocacia é a ferramenta da liberdade e a guardiã do Direito, diz Valter Pereira



Suplicy afirma ter defendido, em julho, idéias do seu projeto em cinco países

Suplicy defende renda básica no exterior

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou viagens que fez durante o recesso parlamentar de julho à Alemanha, a Bangladesh, à Coreia do Sul, a Moçambique e à Venezuela, onde defendeu as idéias contidas em seu projeto Renda Básica de Cidadania. Nas viagens, ele se encontrou com Muhammad Yunus, que recebeu o Premio Nobel da Paz por seu projeto de concessão de microcrédito a pessoas pobres de Bangladesh.

O senador fez ainda uma homenagem ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que morreu há dez anos, lembrando sua luta para a erradicação da fome do Brasil.



Neuto de Conto homenageia os 158 anos da morte da "guerreira de Santa Catarina"

Neuto de Conto lembra Anita Garibaldi

Neuto de Conto (PMDB-SC) lembrou em discurso os 158 anos da morte de Anita Garibaldi, "a guerreira de Santa Catarina", que deu nome a dois municípios do estado – Anitápolis e Anita Garibaldi. Ela está enterrada em uma colina na parte ocidental de Roma, em um monumento construído em sua homenagem.

O senador observou que Anita, batizada com o nome de Ana Maria de Jesus Ribeiro, conheceu Giuseppe Garibaldi durante as batalhas de construção da chamada República Juliana, que, em 1839, se opôs ao Império durante a Regência.

Senador afirma que também contribui para a alta lucratividade a falta de concorrência provocada pela redução do número de instituições financeiras

Crivella condena grande lucro dos bancos com tarifas e juros altos

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou ontem, da tribuna, a alta lucratividade dos bancos, conforme balanço divulgado pela imprensa há alguns dias. A lucratividade é excessiva independentemente da conjuntura econômica, e concorrem para isso, afirmou o parlamentar, juros elevados, tarifas de serviços muito altas e pouca concorrência, o que explica o sucesso financeiro e a imunidade bancária aos efeitos dos ciclos econômicos.

– Seria hora de esses bancos, que lucram tanto, devolverem à sociedade o que ela deu a eles num momento difícil – disse.

Crivella lembrou que no governo Fernando Henrique Cardoso o sistema bancário utilizou recursos públicos do Programa



"Não é justo que bancos se apoderem de tanta renda", protesta Marcelo Crivella

de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), evitando a falência das instituições financeiras, que não suportaram a redução da inflação com o Plano Real. Foram R\$ 20 bilhões injetados, observou.

tados, observou.

Para o senador, os bancos devem lucrar pelos seus serviços de acordo com a média mundial, pois "não é justo que se apoderem de tamanha renda". O Bradesco em 2005, salientou, obteve lucro líquido de R\$ 2,8 bilhões, passando para R\$ 3,2 bilhões em 2006. Em 2007, até o mês de junho, o lucro líquido da instituição chegou a R\$ 4,7 bilhões. Já o Itaú obteve R\$ 2,6 bilhões, 3,06 bilhões e R\$ 4 bilhões em igual período.

Crivella destacou que o Brasil cobra a segunda maior tarifa bancária do continente americano, perdendo somente para o México. O senador criticou ainda a redução do número de instituições, decorrente das aquisições realizadas pelos grandes bancos.

Tuma elogia ação da PF contra drogas e lavagem de dinheiro

Romeu Tuma (DEM-SP) elogiou a Polícia Federal (PF) pela realização da Operação Farrapos, que desarticulou uma organização internacional de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

A ação, que levou à prisão do colombiano Juan Carlos Ramirez-Abadia, um dos traficantes mais procurados do mundo, teve desdobramentos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na operação, a PF cumpriu 17 mandados de prisão e 28 ordens de busca e apreensão, além de

apreender seis carros blindados, jet-skis, lanchas e US\$ 544 mil.

– Não poderia deixar de cumprimentar o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, por autorizar essas operações. Elas não estão se atendo apenas ao desvio de dinheiro público, mas também à missão principal [da PF], que é o combate ao tráfico de drogas. Prisões desse jaez nos trazem um pouco mais de tranquilidade internacional, pois demonstram que ninguém é inimizável perante a lei.

Tuma rebateu ainda declaração do ex-presidente da Infraero



Tuma cumprimenta diretor-geral pelo êxito da Operação Farrapos

tenente-brigadeiro-do-ar José Carlos Pereira, de que é "um vício do povo brasileiro desprezar a ética e a moral". O parlamentar cobrou uma retratação, lembrando que a ética e a moral são princípios de sustentação da vida militar.

Malta destaca a prisão de traficante caçado pelos EUA

Magno Malta (PR-ES) cumprimentou ontem a Polícia Federal pela prisão do traficante colombiano Juan Carlos Ramirez-Abadia, em um condomínio de luxo na Grande São Paulo. O senador disse que o traficante "é dono de uma mente diabólica a serviço do crime e que se alimenta das lágrimas de mães que sofrem com filhos drogados e do sangue de vítimas inocentes".



Malta informa que detido responde por mais de 300 assassinatos

O criminoso, apontado como chefe do cartel Norte Del Valle, vinha sendo procurado pela Justiça norte-americana, que chegou a anunciar um prêmio de US\$ 5 milhões por qualquer notícia a respeito da sua locali-

zação, lembrou o parlamentar. Ramirez responde por mais de 300 assassinatos, se submeteu a diversas cirurgias plásticas e se preparava para fugir para o Uruguai, quando a PF o prendeu.

Malta também destacou o movimento iniciado em Minas Gerais pela mudança nas regras de adoção de crianças órfãs. Ele assinalou que as normas são fáceis para os estrangeiros e difíceis para os brasileiros que querem adotar órfãos. Ele ainda anunciou que o movimento realizará evento beneficente em favor de crianças abandonadas.